

AGÊNCIA NACIONAL DAS COMUNICAÇÕES

Deliberação n.º 07/CA/2015
de 23 de Junho de 2015

Atribuição de Licença Individual para a Prestação de Serviços Postais de Correio Expresso

A empresa RANGEL LOGÍSTICA CABO VERDE, LDA, requereu à Agência Nacional das Comunicações (ANAC) a atribuição de Licença Individual para a Prestação de Serviços Postais de Correio Expresso. Depois da emissão do competente Parecer Jurídico e, tendo em consideração que:

- Por Serviço Postal entende-se a actividade que integra as operações de aceitação, tratamento, transporte e distribuição de envios postais;
- A Lei n.º 2/VII/2006 de 28 de Agosto definidora das bases gerais sobre o estabelecimento, a gestão e a exploração de serviços postais no território nacional, consagra a existência de dois tipos de serviços postais: os reservados e os em concorrência e compreendido nos serviços postais em concorrência, abrangem-se:
 - a) A exploração de centros de troca de documentos e
 - b) **O correio expresso**, desde que ultrapasse os limites de preço e peso referidos na alínea a) do n.º 2 do artigo 10º daquele diploma legal.
- A RANGEL LOGÍSTICA CABO VERDE, LDA se propõe a prestar serviço de Correio Expresso (integrado na parceria Fedex), o qual abrange o serviço de recolha, tratamento, transporte e distribuição de documentos e mercadorias, desde a aceitação de mercadorias com ou sem valor comercial, que podem ser quaisquer tipos de documentos ou outras pequenas encomendas (mercadoria em geral) desde à sua recolha até à sua correspondente distribuição, na ótica da importação e exportação quer no setor industrial quer no setor público, com desalfandegamento e distribuição em todo o território nacional;
- Aquele serviço corresponde, claramente, a um **serviço postal em concorrência**, não reservado, pelo que, neste particular, nenhuma dificuldade existe em concordar com a pretensão da interessada;
- A RANGEL LOGÍSTICA CABO VERDE, LDA cumpre com os requisitos previstos no Decreto-lei n.º 4/2007, de 19 de Fevereiro, que estabeleceu o regime de acesso e exercício de actividade de prestador de serviços postais

explorados em regime de concorrência, para a atribuição da licença solicitada;

- A RANGEL LOGÍSTICA CABO VERDE, LDA, juntamente com o requerimento a solicitar a licença, apresentou os documentos exigidos pelo citado Decreto-Lei n.º 4/2007, de 19 de Fevereiro, e mais tarde entregou documentação complementar solicitada pela ANAC, designadamente prova da experiência do Grupo Rangel (do qual faz parte a solicitante, como filial em Cabo Verde) no rigoroso mercado Europeu na prestação de Serviços de Correios Expressos, como forma de dar cumprimento ao estipulado no n.º 2 do artigo 18º do Decreto-Lei n.º 4/2007 de 19 de Fevereiro,

O Conselho de Administração da ANAC na sua reunião ordinária de 23 de Junho de 2015, e ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 9º, da alínea d) do n.º 2 e da alínea l) do n.º 3 do artigo 11º, todos do Decreto-lei n.º 33/2015, de 1 de Junho, que aprovou os Estatutos da ANAC, delibera o seguinte:

Atribuir à RANGEL LOGÍSTICA CABO VERDE, LDA, Licença Individual para a Prestação de Serviços Postais de Correio Expresso no território nacional.

A prestação dos serviços postais objecto da presente Deliberação fica sujeita ao regime do Decreto-Lei n.º 4/2007 de 19 de Fevereiro, devendo a RANGEL LOGÍSTICA CABO VERDE, LDA, cumprir as regras previstas no n.º 2 do artigo 18º.

A RANGEL LOGÍSTICA CABO VERDE, LDA fica obrigada ao pagamento das taxas previstas no artigo 1º do Despacho do Ministro das Infraestruturas, Transportes e Mar, publicado no B.O. n.º 45, 2º Suplemento, de 13 de Dezembro de 2007.

A presente Deliberação entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Agência Nacional das Comunicações, na Praia, aos 08 de Julho de 2015.

- O Conselho de Administração, *David Gomes* - Presidente, *Carlos Lopes Silva* e *Valdmiro Segredo* – Administradores.